

## CONVENÇÃO DE PARIS PARA A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

de 20 de março de 1883 .  
revista em Bruxelas a 14 de dezembro de 1900.  
em Washington a 2 de junho de 1911.  
na Haia a 6 de novembro de 1925.  
em Londres a 2 de junho de 1934.  
em Lisboa a 31 de outubro de 1958.  
e em Estocolmo a 14 de julho de 1967.

### Artigo 4 .

2) Reconhece-se como dando origem ao direito de prioridade qualquer pedido com o valor de pedido nacional regular, em virtude da legislação nacional de cada país da União ou de tratados bilaterais ou multilaterais celebrados entre países da União.

F. Nenhum país da União poderá recusar prioridade ou pedido de patente em virtude de o requerente reivindicar prioridades múltiplas, mesmo provenientes de diferentes países, ou em virtude de um pedido reivindicando uma ou várias prioridades conter um ou mais elementos que não estavam compreendidos no ou nos pedidos cuja prioridade se reivindica, com a condição de, nos dois casos, haver unidade de invenção, no sentido da lei do país.

No Brasil, o referido tratado, em sua revisão de Estocolmo, entrou no ordenamento jurídico através do Decreto Nº 75.572, de 8 de Abril de 1975, confere legitimidade e eficácia a essas leis.

A propriedade intelectual pode ser dividida em duas categorias: direito autoral e propriedade industrial, sendo que pertencem primeira as obras intelectuais, literárias e artísticas, programas de computador, domínios na Internet e, à segunda, as patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares.

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) trata conhecimentos tradicionais como um novo tema a se definir, instituindo o “Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore”, para estudar formas de regulamentar o assunto.

No Brasil, pelas leis 9.279/96 (Marcas e Patentes), e 9.610/98 (Direitos Autorais), além de tratados internacionais, como as Convenções de Berna, sobre Direitos Autorais, e de Paris, sobre Propriedade Industrial, e outros acordos como o TRIPs (Trade Related Intellectual Property Rights). É também preceito Constitucional, estando arrolado entre os Direitos e Garantias Fundamentais, com previsão nos

incisos XXVII, XXVIII e XXIX, em consonância aos incisos XXII e XXIII, do artigo 5º da Constituição Federal.

No que diz respeito a obra literária digital ebook .

Titulada de Marcenaria industrial e Logística com sub título Woood Brazil .  
Registrado na camara Brasileira do livro, isbn:978-65-00-5805.  
Atual responsável pelo registro de ISBN e ISSN no Brasil.  
Livro digital com participação no edital Premio Prosas.com.br, ebook 2022 ,  
contatado e inscrito pelo e-mail bookbrasil2022@gmail.com , em 12 de dezembro de 2022.

Está publicado a venda ao Valor de R\$ 190,00 preço sugerido por Amazon.com.  
Encontra-se disponível no site:

<https://payhip.com/b/QtktI>

arquivado em <https://archive.vn/eVSRT> .

No que diz a LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Esta obra se enquadra como:

artigo 5º-

V - comunicação ao público - ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

VIII - obra:

d) inédita

i) audiovisual

Sob responsabilidade do editor, Pessoa física, Brasileiro.

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

Art. 10. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Art. 11. Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

Art. 12. Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.

Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

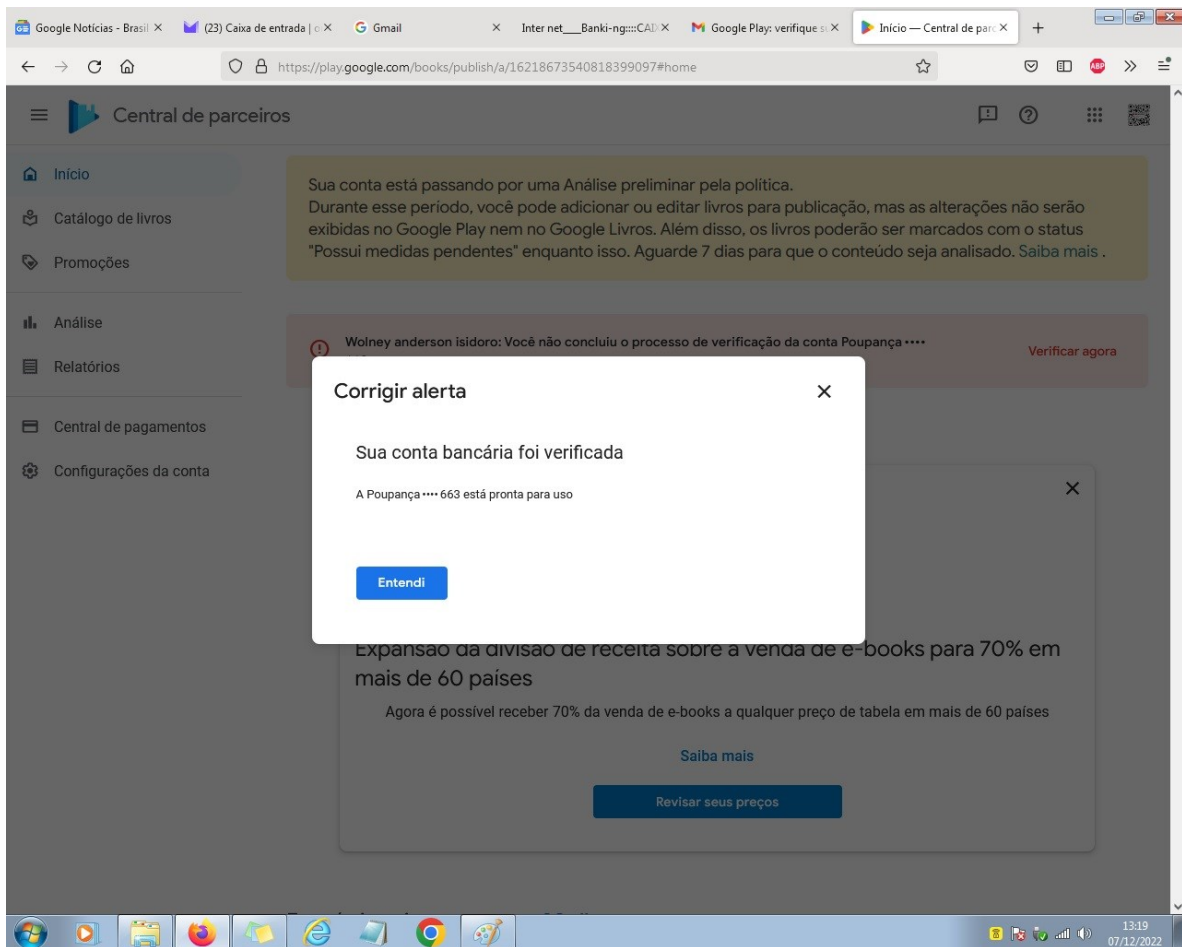
A publicação da obra literária, isbn 978-65-00-5805 com tentativa de publicação e venda do livro digital em play.google.com com aprovação de conta por token com depósito de 25 centavos de real na data de 07/12/2022 em que aponta o histórico GG10319ALV 000 com remetente 13.382.906/0001-60 em conta poupança da caixa econômica federal . Ainda aguardam para venda. Conforme print de tela.

**Consulta de TED Recebida**

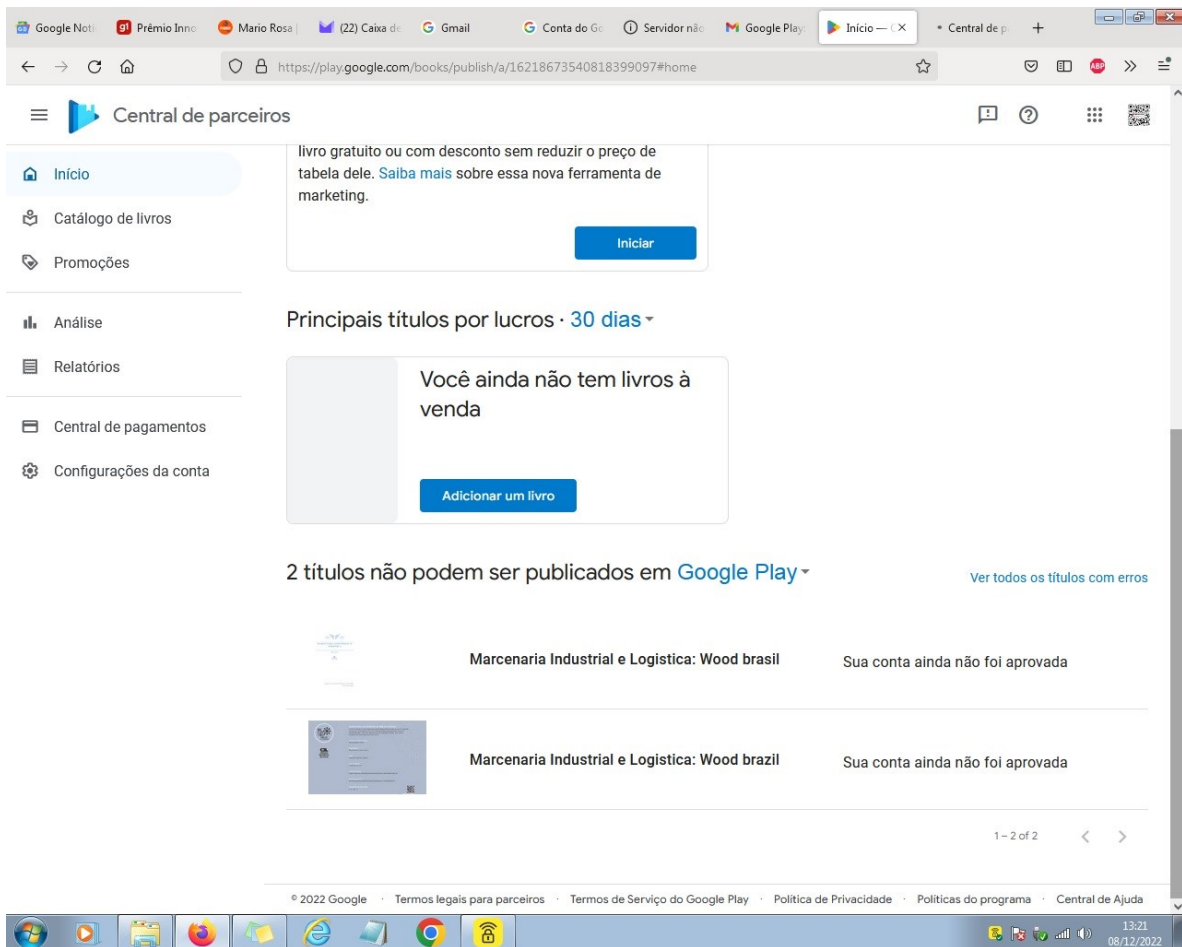
**TED Recebida**

Tipo de TED:	PAG0108R2
Banco remetente:	745
Agência e Conta do remetente:	0001/000002970720-0
Nome do remetente 1:	GOOGLE BRASIL PAGAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ do remetente 1:	13382906000160
Valor (R\$):	0,25
Finalidade:	Pagamento de Fornecedores
Data:	07/12/2022
Histórico:	GG10319ALV 000000

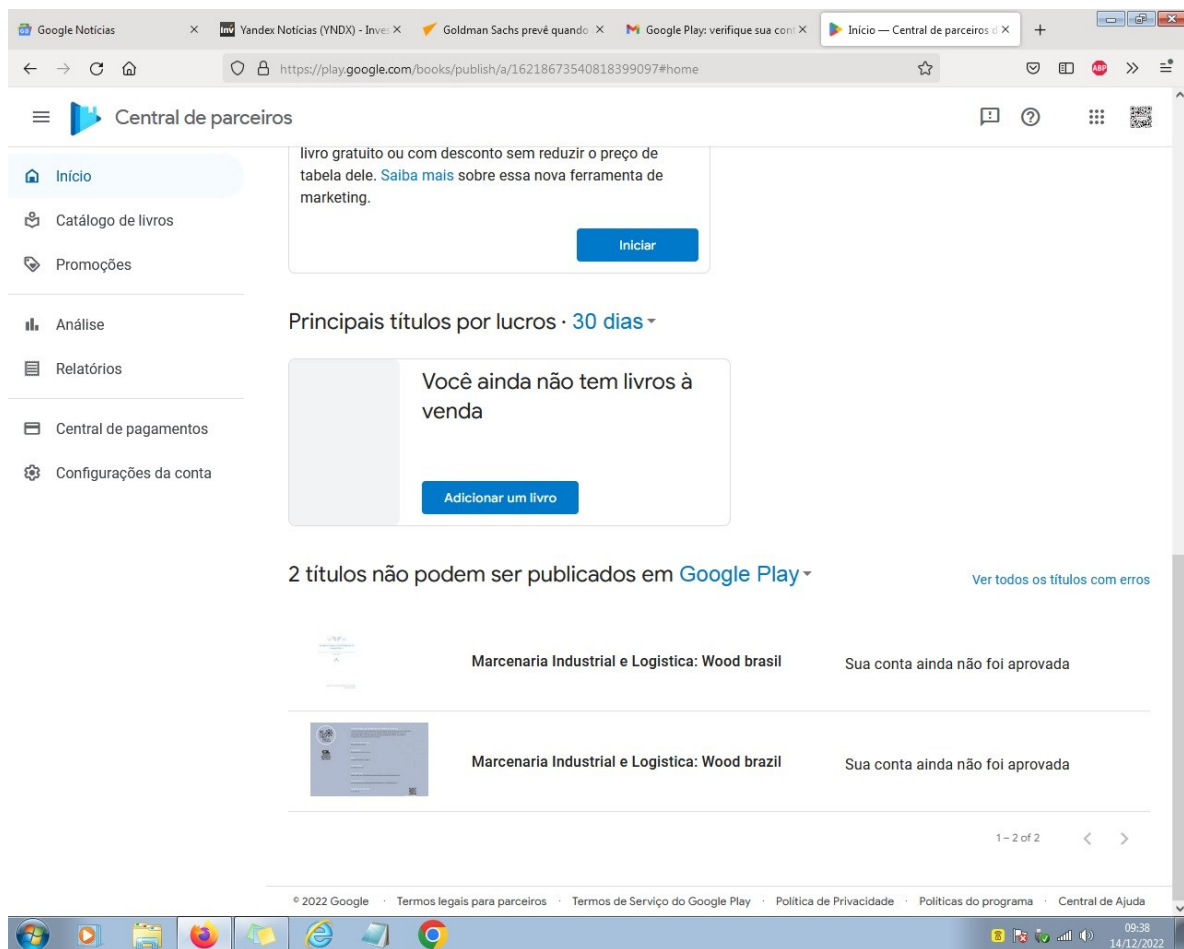
[RETORNAR](#) [IMPRIMIR](#) [SALVAR](#)



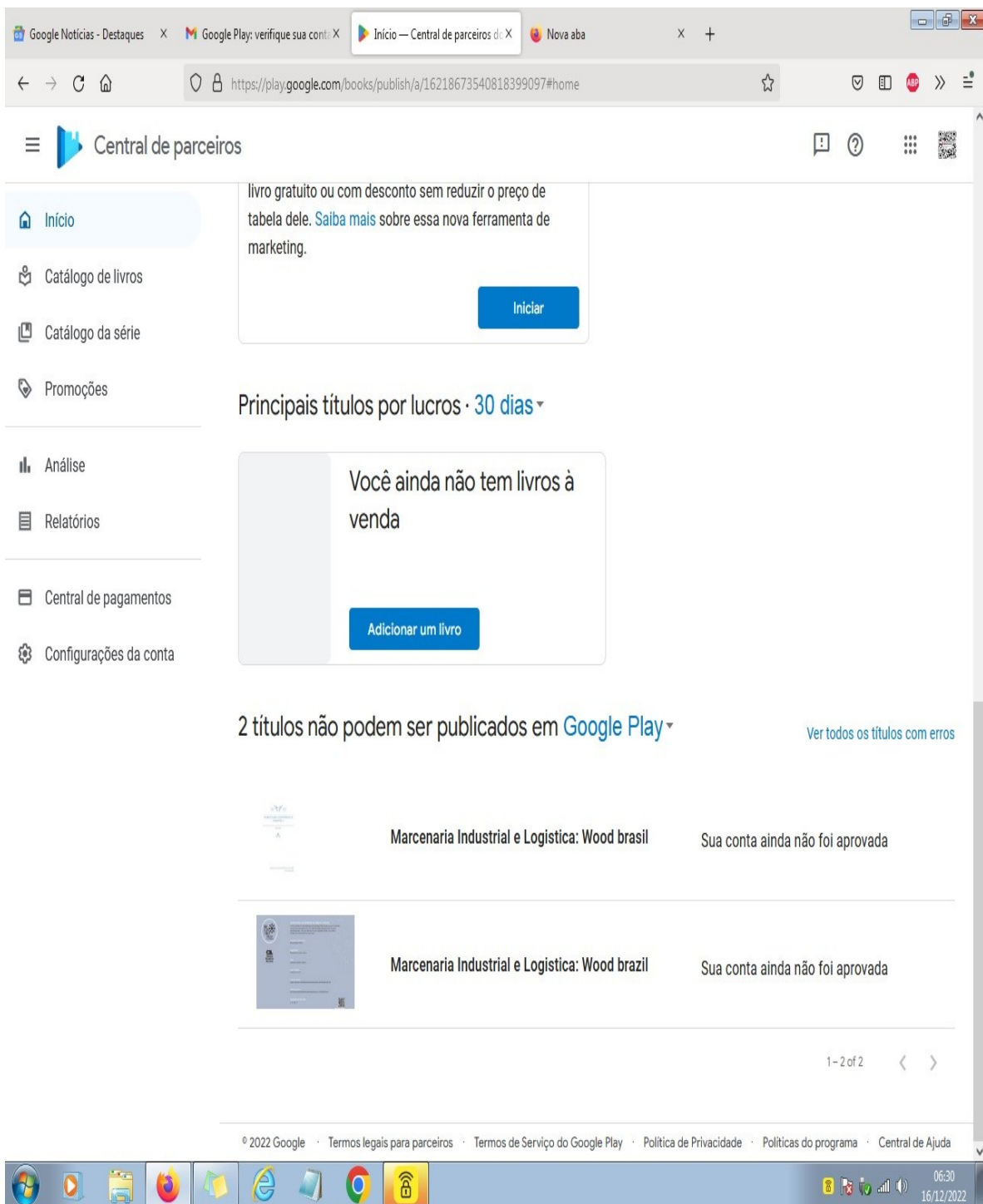
Aguardando liberação a partir da data de 08/12/2022.



Aguardando liberação data 14/12/2022.



Aguardando liberação data 16/12/2022



Se faz necessário aplicação do princípio da publicidade.

Onde a transparência é a regra.

Abrindo mão da sua liberdade e privacidade, para tentar ter seu direito previsto

estabelecido em lei, constituído.

Obviamente, será necessário a utilização do tribunal de justiça. A economia da Ordem dos advogados do Brasil precisa lucrar.

E se todos eles se absterem?

Pois ainda é obrigatório a assinatura dos Drs. O que não acontece em algumas outras profissões.

Acredito que a Democracia está sendo ameaçado de morte.